



A Representação do Imaginário: das histórias à identidade do lugar

Autores:

Rodrigo de Moraes Rosa - UERJ - dimoraes2001@gmail.com

Resumo:

Entre os anos de 2009 e 2014, inúmeros projetos de reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro para essa sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 foram incluídos, na agenda (e nos esforços) dos atores institucionais, públicos e privados; um conjunto de medidas para tornar a cidade atraente a partir da eleição e seleção de ações nos bairros escolhidos para representá-la como cartão de visitas. A atratividade configurava-se, fundamentalmente, como a apresentação de diferenciais qualitativos do Rio de Janeiro em relação a outras cidades e a Lapa, região central da cidade, tomada como melhor encarnando o “espírito carioca”. O presente trabalho propõe investigar a articulação de imaginários na composição de identidade associada a um território, sobremaneira, dando atenção à descontinuidade, a porosidade, ao híbrido, às resistências, ao diálogo entre as propostas, projetos e ações revitalizadoras.

A REPRESENTAÇÃO DO IMAGINÁRIO: DAS HISTÓRIAS À IDENTIDADE DE LUGAR

“Com mais de cem atrações, reduto boêmio da cidade ganha hoje, oficialmente, o status de bairro”. Foi apenas, na folha de capa, com o título “A Grande Lapa” e o subtítulo citado que o suplemento Rio Show, do jornal O Globo de 18 de maio de 2012, apresentou aos leitores o mais novo bairro da cidade do Rio de Janeiro. Fazendo menção à lei 5.407 do mesmo mês e ano, sancionada dias antes pelo prefeito Eduardo Paes, a reportagem apresentava aos leitores os atributos que, a princípio, tornariam a Lapa merecedora do novo estatuto de bairro que lhe fora outorgado pela lei. Pelo decreto, o recém criado-reconhecido bairro ofereceria algo muito diferente dos demais a que era, administrativamente, vinculada. Anunciando formalmente a separação do restante do Centro, Glória e do Bairro de Fátima, o repórter Gabriel Menezes, que assina a matéria do jornal, apontou o que considerou ser a maior realização do feito: “Na prática, pouca coisa (ou quase nada) muda. O ato tem um valor mais simbólico, já que se trata de uma área com características tão peculiares”. No interior da reportagem, adornada com o desenho dos Arcos da Lapa em todas as páginas, a máxima “Agora é lei: a boemia da Lapa está no mapa” pretendia traduzir aos leitores o que melhor definiria o bairro. Uma lista de 101 bares, restaurantes, lojas e casas de shows foi, então, no corpo do longo texto de apresentação da Lapa, divulgada. Fartamente disponíveis no bairro, os estabelecimentos voltados ao entretenimento, de alguma maneira, denunciariam a vocação – e lugar – da Lapa na memória da cidade. Não fortuitamente, o convite da matéria para “o conhecer o novo bairro” se traduziu na apresentação de um roteiro a alguns desses estabelecimentos, formando um guia com programação diurna (sob a chamada “Não só de esbórnica que respira a Lapa”) e noturna. No encerramento, a matéria trouxe a frase que sintetizaria um sentimento coletivo, uma tradução simbólica sobre o que definira o bairro: “mais um endereço par reforçar o reinado da Lapa no mapa da boemia”. A extensão e a apropriação social do conteúdo dessa frase, no entanto, opera com signos muito além da tentativa de síntese descritiva ou mesmo da representação aparentemente consensual do que ela se propõe traduzir.

A forma boêmia e festeira como a Lapa é comumente retratada e referenciada representa um imaginário de lugar, uma apropriação simbólica que faz alusão a uma escolha específica de determinados significados dos muitos socialmente disponíveis. São escolhas que partem das interações sociais, mas muitas vezes também as convence: pelo prestígio que certas imagens, atividades e valores possuem no imaginário coletivo acabam se tornando hegemônicas na tradução, em termos simbólicos, de uma realidade, sendo importante salientar que é um processo de eleição de determinados elementos simbólicos em detrimento - e muitas vezes conflitantes - com outros que igualmente compõe a interação social. O que não significa encarar, no entanto, a produção de significados pelas representações sociais como falsos, inautênticos ou mesmo inapropriados à configuração de uma identidade, mas ter em mente a seletividade de seu conteúdo.

Ao se traduzir em síntese um significado de lugar há maior atenção para representar as relações sociais que nele ocorreram e ocorrem pela eleição de elementos simbólicos que o descreveria como próprio ou típico para o desenrolar das ações. O desenvolvimento da associação entre identidade e lugar assume, assim, um caráter eminentemente social, tanto pela representação do lugar que se faz, sobremaneira, pelas práticas sociais nele vivenciadas

quanto da articulação de uma memória do lugar, desdobramentos afetivos de ações nele ocorridos não necessariamente objetivamente dados ou linearmente construídos. Para Varela (1994) a identificação de características tidas como próprias de um lugar deriva de uma série de compartilhamentos de imagens e sentidos aprendidos na experiência social, conflituosa por definição: se constrói como processo intersubjetivo e constantemente negociado de identificação de significados e experiências. O indivíduo identifica o espaço, fundamentalmente, como simbólico e constrói sua identidade com base no pertencimento, apropriações e partilha de características que são a ele socialmente atribuídas. Subjaz a esta concepção a ideia de que o ambiente também deve ser visto como uma categoria social, ou seja, não apenas como um mero cenário físico onde essa interação ocorre, mas como um produto social resultante da interação entre as pessoas que o partilham, sujeito, portanto, a incorporação do que simbolicamente seus referenciais, em diferentes meios, procurariam traduzir – e de suas ambigüidades, posto que elemento social se constitui.

Le Goff (2003) argumenta que para a devida compreensão da relação identidade, memória e lugar é preciso romper com o paradigma que separa, distinguindo, memória e lugar para dar destaque aos “lugares da memória”. Isso significa abandonar a tentativa de encontrar correspondências entre as representações e os fatos para encarar as representações como criadores de fatos, como estruturadores de sentidos da vida, em toda complexidade dos afetos, emoções e sensações que compõe sua rede de interações sociais. Assim, a busca de síntese histórica, discursiva, lógica, analítica e que procura descrever a composição dos elementos de lugar deveria ceder espaço para o estudo sobre suas memórias. Como a noção de memória, para o autor, é, fundamentalmente, baseada em imaginários de sentido e emoções, não se prendendo à seqüência de acontecimentos ou ao tempo, por definição, assim, seletiva e parcial, a tentativa em se estudá-la passaria também pela análise das múltiplas formas de representação do lugar e as disputas para tornarem-se legítimas na forma de explicar os fenômenos.

A constituição simbólica do conteúdo das interações sociais se torna, por diferentes meios de divulgação, a forma dominante de representá-las. Para Lynch (1975), no caso das representações sobre a memória da cidade, as imagens que conferem conteúdo socialmente legítimo aos vários mapas de sentido existentes são aquelas que, no processo de tornarem-se desejáveis como síntese explicativa, celebram e ampliam lembranças, experiências vividas, sonhos, angústias e tristezas. Não interessa, para o autor, se a memória coletiva cria ou reforça mitos e fantasias sobre a cidade, mas como a cosmologia de sentido criada, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, informa sobre os aspectos da realidade, tornando-os inteligíveis. As traduções sobre o significado do lugar passam a dizer menos a respeito de um refazer lógico de acontecimentos históricos para assumir a dimensão de como uma determinada noção de espaço e tempo se estrutura para os indivíduos e os faz, dessa maneira, ler e se relacionar com a realidade.

A associação da Lapa como reduto boêmio se insere no que Pollak (1989) chamou de “enquadramento de memória”. Segundo o autor, a memória, apesar de se alimentar de material fornecido pela história, não se forma pela reprodução automática dos elementos discursivos tomados como referências ou se consolida de maneira a tornar estáticas as representações sociais. É, ao contrário, categoria dinâmica, sujeita aos recortes de interesses, à seletividade de fatos e imaginários. Forma-se na interpretação e combinação de inúmeros quadros de referências que reinterpretam as relações – passadas, inclusive - em função do presente e das pretensões para com o futuro. Não se trata, portanto, de indagar

se a boemia, a malandragem, o samba e tantos outros sentidos de lugar, tal qual associados à Lapa, podem ser referenciados no passado, mas como o passado do qual essas categorias constituiriam expressão melhor acabada, a pretensa “tradição” da Lapa, estaria sendo evocada para fazer reafirmações do presente e estruturá-lo sob forma simbólica.

Halbwachs (2004) argumenta que a memória coletiva se constitui na medida em que constrói quadros sobre si mesma. A memória, assim, se vincula e se baseia em uma ideia de passado, mas como relação e não como herança histórica estática. Só pode ser conhecida na maneira como determinados fatores são evocados, como são relacionados pelos sujeitos que as evoca e em cada contexto de produção/apropriação desses elementos. O interessante não é conferir à memória poder explicativo capaz de reconstituir o passado, mas verificar como determinadas apropriações e discursos de passado configuram quadros interpretativos sobre o presente, mobilizando um conjunto de representações coletivas.

Na composição dos conteúdos da memória são incluídas histórias variadas, noções difusas de temporalidades, justaposição de acontecimentos e uma série de recortes cujo comprometimento é, senão, o de representar a realidade, reconstituí-la e organizá-la segundo noções afetivas, dando-lhe fluidez. A tornar acontecimentos, lugares e pessoas próximos em sentido, a memória passa ocupar-se menos com uma noção exata da constituição do real e mais em uma forma de lidar com ele, explicá-lo, entendê-lo. Cada história contada alimenta a memória coletiva com referências, imagens, valores e signos que não tem comprometimento com o fato, mas com a produção de uma versão dele. Le Goff (1992) argumenta que não se trata de recorrer à memória coletiva em busca de elementos, pedaços, fragmentos de lembranças para formação de um mapa interpretativo fiel aos acontecimentos que cada história se propõe descrever ou explicar, como quem busca peças para completar um quebra-cabeça. Pelo contrário, investigá-la oferece um caleidoscópio da realidade – a variar de forma e conteúdo tanto quanto olhamos para ela. Nem por isso, ela deve ser desconsiderada, segundo o autor. Pelo contrário, é tão ou mais simbolicamente eficaz de estruturar leituras do real quanto a capacidades das interpretações sociais articularem com formas diversas dos indivíduos interagirem e fixarem, cada qual, no curso de suas ações, interpretações, sensações e impressões subjetivas. A memória coletiva não seria, assim, um atributo separado do indivíduo, criada e organizada por forças a ele hierarquicamente estanques, mas constituída por relações sociais de que faz parte. É força que compõe as construções sociais indispensáveis à própria noção de pessoa e envolve reconhecimento, assimilação e reconfiguração de sentido do que nos parece significativo.

O que é evocado como memória passa a oferecer explicações e compor quadros simbólicos sobre o sentido da vida na medida em que representa o cotidiano pela associação ao mundo afetivo dos indivíduos, às suas experiências, desejos ou aos fragmentos prestigiosos do que mobiliza a subjetividade Rodrigues (2001). De caráter relacional e mutável, “alcançado pelo sentimento e sustentado pela sensação, o passado é reconstituído plenamente” (Rodrigues, 2001, p.74). Por serem capazes de mobilizar sentimentos e sensações somente no diálogo com os atores sociais no curso de suas ações, as percepções sobre os elementos prestigiados pela memória mudam de geração para geração, assim como os atributos de valor e sentido na (re)constituição do passado. Cada geração escolhe os elementos que melhor a descreveria em sentido de ser, mas nem por isso ignoram heranças simbólicas. Muito pelo contrário, as manipulam, operam, recriam, fazem novos recortes de sentido. Isto significa reconhecer que certos elementos afetivos e simbólicos são mobilizados e passam, assim, a construir e operar a memória pela conveniência dos atores

que a evocam e em um período de tempo, mas não só isso; moldam-se na ação social: tem um sentido subjetivamente visado e se constitui pela imprevisibilidade, pelos efeitos não esperados da ação e, sobretudo, pela multiplicidade de sentido ao longo da interação – sobretudo o de tempo e espaço.

Conforme afirma Gonçalves (2001), não podemos encarar o processo de reprodução de imaginários como uma maneira de mascarar a realidade através de reafirmações intencionais de determinadas categorias simbólicas ou de considerar esses elementos como meramente ficcionais. Pelo contrário, os valores, representações, sentidos e significados do lugar só são possíveis de serem representados porque encontram legitimidade na maneira como as pessoas já explicam o cotidiano a partir desses elementos, transformando-os em memórias. As reivindicações de identidade e sua associação específica a memória de lugares, objetos e pessoas se legitimam na relação com o imaginário coletivo, sobretudo, em como as pessoas passam a explicar, em sua cosmologia de mundo, a própria realidade na negociação que mantém com esses elementos. O que importa para o autor, então, é entender a relação dessas categorias com a maneira como as pessoas aprenderam a construir e projetar suas subjetividades. A atenção deve-se voltar tanto para os elementos simbólicos escolhidos que, ao ganharem determinada sistematicidade para serem representados, revelam como e em que sentido se busca destacá-los, como para as relações sociais em que se originaram e reciprocamente influenciam.

Castells (2000) argumenta que para entender as relações sociais contemporâneas, suas configurações e estruturas é preciso assumir, necessariamente, a investigação das formas de constituição de suas identidades – ou a reivindicação delas - e o conteúdo de suas articulações. Como fonte de significados e experiências, para o autor, a identidade é fonte inesgotável para o entendimento de como, ao projetar-se simbolicamente, a sociedade se constitui. Através da escolha dos elementos a serem representados – memórias, heróis e acontecimentos – a construção de um ideário de identidade deixa revelar um conjunto de pretensões e desejos sociais, mas, sobretudo, de interesses e objetivos. “Toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece”. (CASTELLS, 2000, p.22-23)

Menezes (1998), ao falar da relação entre memória e identidade, afirma que as construções identitárias transmitem às pessoas uma sensação de “pertencimento”. O compartilhamento de algo, seja uma imagem, valor ou um significado de lugar, produz integração social. O espaço é, por excelência, um dos elementos produtores e refletores de significados compartilhados. Impresso em configurações materiais e simbólicas encontra-se uma série de significados coletivos que tanto lêem os códigos que configuram territorialidades, como indispensável à ação social, descrevem-na em sentido. Assim, para o autor, quando falamos em espaço estamos nos referindo a uma categoria que, ao mesmo tempo, é elemento de lugar, de tempo e identidade. O espaço transforma-se não somente em cenário da ação social ou sua representação, mas guarda em sua configuração a projeção de um imaginário e, sobretudo, uma forma de, conjunturalmente, ver, reconhecer e compartilhar intenções, pretensões e desejos. E o faz de maneira indissociável. Ser capaz de produzir explicações de sentido sobre o espaço seria mais do que uma simples forma de localizá-lo geograficamente ou descrevê-lo fisicamente; é noção explicativa que dá sentido à vida, fundamental na formação do “eu” e para as interações sociais.

Localizada no eixo do tempo, a memória ofereceria ao homem uma forma de interpretar suas ações e relacioná-las às ações de outros. Posicionada em uma ordem

temporal lógica, mas não necessariamente cronológica, para Menezes (2007), a articulação das interações sociais a uma temporalidade, mesmo que de variado sentido e noções de passado, contextualiza, para o homem, o sentido de suas ações. Não seria possível, assim, pensar o homem e o conjunto de relações sociais que estabelece sem a percepção de uma determinada temporalidade que está a ele associada, assim como não seria possível pensar a temporalidade dissociada de uma espacialidade. A demarcação de espacialidades e temporalidades deixam de ser dicotomias descritivas e assumem, sob forma síntese, a noção de identidade. A praça, a rua, o viaduto, o beco etc. passam a se constituir como objetos de sentido não na medida em que são, por sua funcionalidade, descritos, mas como são subjetivados, isto é, em temporalidades que reforçariam as leituras desses espaços e objetos que serviriam menos para localizá-los historicamente e com um sentido preciso ou funcional, mas para com eles nos relacionarmos em sentido simbólico. Passaria a relação espaço-tempo a ser referência da realidade na qual e com a qual agimos e interagimos, não na demarcação de fronteiras precisas do onde ou o que, mas como se organiza a experiência da vida – suas afetividades, dissabores e histórias. O que foca, por sua vez, para as ações, fluxos e sentido das relações sociais a definição que constituiria o lugar. Ainda segundo Menezes (1992) como é a vinculação do homem com o espaço o que define a nossa própria condição de existência e o que nos confere, por força de provocar “sentidos de pertencimentos”, a noção do que somos, somente na variabilidade e multiplicidade de arranjos sociais pode ser pensado. Se as relações sociais se realizam por meio da articulação entre elementos culturais, identidades, temporalidades e imagens de lugar, mais do que se debruçar sobre a descrição do ambiente construído, a formação de uma identidade urbana se construiria admitindo as muitas versões do que formaria esse urbano e as histórias que o constituiria. O “conteúdo de territorialidade”, ao conferir ao homem a percepção de que é e possibilitar suas relações e interações, articula com os elementos da memória para moldar sentidos de lugares, fazendo-os efetivamente existir. Sem sentido de pertencimento, processo que é eminentemente social, a cidade se esvai. Mais explicativo que a idéia do lugar como palco ou cenário das interações sociais é enxergá-lo pelas redes de significados que lhe conferem uma identidade e o faz, dessa forma, vivo, pulsante e parte de quem somos.

Santos (2004) nos alerta para o fato que o espaço é meio como os objetos são manipulados por ações sociais, não um fim em si mesmo. A identidade remete à idéia de lugar, este mais do que o encontro de condições físicas e naturais, moldados com técnicas e tempo na adaptação do homem ao meio ambiente local. O espaço é constituído nas trocas e no contato entre as pessoas. É, portanto, relacional e social. Mais do que fruto de uma ação ou referência pragmática do mundo, é palco das paixões humanas, tem ação informativa e comunicativa. São espaços físicos e imaginários ao mesmo tempo, construídos sob vínculos sociais. E revelam, na dinâmica das apropriações sociais, formas de expressão cultural, trabalho e organização social. Temporalidades e intencionalidades.

Martins (2004), em tom confessional, argumenta que as leituras sobre a Lapa, seus cenários, personagens e cotidiano passam por mediações construídas a partir de experimentações no bairro que quando transcritas sob a forma de reportagens, poesias, músicas, artigos e crônicas exaltam características que ajudaram a criar ou promover imagens de tradição, lendas e imaginários. Construíram significados na medida mesma das escolhas do que seus interlocutores pretendiam dizer e o olhar direcionado que conduzia a percepção das atividades do bairro compõe parte das associações que se faz quando se

pensa em identidade da Lapa. Para o autor, a atmosfera prestigiosa dos cabarés e casas noturnas da década de 30 era, por exemplo, em grande parte, devedora desse experimentar- representar as interações e relações sociais; dessa subjetividade que, ao se externalizar sob forma das mais variadas expressões, projetava mundos de sentido facilmente compreensíveis porque também presentes na experimentação – ou no imaginário de experiências possíveis - do outro. Não a toa que Lessa (1973) chamará a atenção que os limites da Lapa se delineavam “até onde os tentáculos do estado de espírito Lapa alcançavam” (Lessa, 1973, p.49). Um processo de produção e reprodução de sentidos de lugar que configuraram, a partir de sínteses simbólicas, um bairro.

DAS HISTÓRIAS `A SÍNTESE: UM SENTIDO DE LAPA

De todas as representações sobre a Lapa, as contidas no livro organizado por Damata (2007) “Antologia da Lapa” ganham destaque. Imaginários e cenários dos anos 20 até os anos 70 são revelados a partir de memórias, depoimentos e histórias dos muitos frequentadores e moradores do bairro. Na coletânea de depoimentos, entrevistas, autobiografias, crônicas e artigos, um universo do que se pensava, se passava e se queria do bairro. Nela, entre retratos da vida pulsante e da decadência, a Lapa é representada como espaço de sociabilidade boêmia ou, como o próprio autor a resumiu carinhosamente, a “Montmartre carioca”. Na viagem por entre sonhos e desejos, o registro de 26 escritores, poetas, músicos entre outros tantos andantes do bairro, revela a autoria de um imagético mítico de beleza, liberdade, prazeres e caos. A obra deve ser encarada menos como uma espécie de “mito fundador” dos olhares que à Lapa, hoje, são conferidos sob a chancela da tradição do lugar, e mais como ferramenta, a partir da qual, as histórias de Lapa o imaginário coletivo foi com elas criando cumplicidade.

Aluísio de Azevedo, Mario Lago, João do Rio, Lima Barreto, Noel Rosa, Drummond, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Herivelto Martins, Madame Satã entre muitos outros traçaram, cada qual em sua expressão artística-literária, em “Antologia da Lapa”, um perfil afetivo, mas nem por isso, irreal, das conjunturas – algumas desejáveis outras nem tanto – da vida cotidiana e de uma ética da cidade. O que ajudou, sem dúvida, a definir e sedimentar todo um conjunto de sentido e códigos cultuados no imaginário social – de personagens, atividades e identidades. Boemia, prostituição e, sobretudo, criatividade nas interações sociais apareciam nos relatos sobre o que o bairro oferecia. Entre descrições de guetos, ruas e pessoas, a realidade social ia sendo apresentada. E o faziam por representação, tão verídicas ou fidedignas quanto a capacidade criativa de seus autores em retratar o “espírito” que pairava na cidade ou interpretá-la na sensibilidade dos que conseguem chamar atenção da realidade através de formas literárias.

Manuel Bandeira, na crônica Romance do Beco, ambientado na Lapa, retratava a importância e efervescência do bairro para o Rio:

“Aberto nos terrenos dos frades carmelitas da Lapa, (...) Toda a mocidade do Rio, estudantes, caixeiros, empregados públicos, artistas, Raul de Leoni... É inacreditável como cabia tanto homem no beco. O beco era a Matriz da cidade. Um dia não pôde mais, rebentou em Mangues. (Apud LUSTOSA, 2001, p. 80)

Já na música “A Lapa”, Herivelto Martins e Benedito Lacerda dão, na pulsante vida que no bairro se desenrolava, a afirmação do sentido desse pulsar:

A Lapa
A Lapa está voltado a ser
a Lapa
a Lapa
Confirmando a tradição
A Lapa é o ponto maior do mapa Do Distrito Federal
Salve a Lapa!
O bairro das quatro letras
Até um rei conheceu
Onde tanto malandro viveu
Onde tanto valente morreu
Enquanto a cidade dorme
A Lapa fica acordada
Acalentando quem vive
De madrugada
(A Lapa, letra e melodia Herivelto Martins e Benedito Lacerda)

A representação de um ideário de prática social substituiu, por anos, a necessidade de um estatuto formal de fundação. A ausência de rigor oficial para a formalização da Lapa como um bairro não impediu o processo de constituição, pelas representações das práticas sociais, de limites e fronteiras que a configuraram como tal. Ao contrário, o conteúdo afetivo das interações sociais reivindicou, legitimando simbolicamente, especificidades que o cotidiano, naquela região, expressava. Legitimada por uma cosmologia de sentido presente tanto nas práticas quanto no imaginário de lugar, a Lapa, embora tivesse sua especificidade formal de bairro reconhecida somente por decreto no Diário Oficial de 18 de maio de 2012, simbolicamente era, como região específica, constituída: “trata-se de uma parte da periferia do centro, este sim, oficialmente denominado de bairro, embora seja ele o centro” (VAZ & SILVEIRA, 2009, p.72).

O jornal Extra de 4 de junho de 2010, no complemento “Revista Diversão”, trouxe a chamada “O mapa da Lapa”. Ao invés da representação cartográfica clássica, a matéria apresentava o “roteiro de 12 bares e casas noturnas do bairro mais boêmio da cidade”. Nas duas folhas da reportagem o artista Vinicius Mitchell traçava um passeio que poderia ser feito a pé, com desenhos das principais casas noturnas e bares. Convidando o leitor a experimentar o que constituiria a atmosfera boêmia do bairro, samba, gafieira, sinuca, cerveja e personagens alegres ilustravam o desenho das ruas e projetavam todos a mesma idéia: a Lapa é lugar de diversão e seu mapa deveria, portanto, ser traçado pela vocação que as atividades ali retratadas encarnavam.

No mesmo ano de 2010, o cantor e compositor Rogê lança uma música de sua autoria intitulada “O Samba”. A música deveria entrar como tema de um dos personagens da novela da Rede Globo “Caminho das Índias”, na qual parte de um dos núcleos de gravação se passava na Lapa. O artista, que se apresentava regularmente em um dos bares do bairro, justifica sua escolha pelo tema da música: “a Lapa dá samba”:

“Quando eu passo por seus arcos Mergulho num Rio de luz e Esplendor Lapa é samba, é nobreza Reduto de bamba, riqueza, paz E amor
Madame, malandro e boemia Brasil que é mestiço na cor.” (O Samba, letra e melodia Rogê)

A recorrente reivindicação de uma especificidade cultural da Lapa ligada às atividades recreativas é processo que se constituiu na medida em os elementos simbólicos, discursivos e imagéticos de produção de sentido, em parceria com o imaginário popular, foram fixando marcas identitárias, construindo ideários de tradição. Hobsbawn (2008) afirma que o processo de invenção das tradições visa transmitir determinados valores e normas de comportamento. As tradições, sejam elas construídas, inventadas ou formalmente institucionalizadas, sugerem aos sujeitos sociais, através da repetição de determinadas estruturas de sentido, práticas e representações, modelos conhecidos de interpretação da realidade. Diante das mudanças e inovações que a interação social produz, as explicações da realidade baseadas no ideário das tradições tornam-se forma segura dos atores sociais entenderem a si, os outros e tudo o que os cerca.

A tradução simbólica das características que tradicionalmente definiriam a Lapa apresenta um mapa de sentido, uma referência intersubjetiva de como esta deveria ser reconhecida. Nesses termos, as associações entre valores sociais e sua institucionalização como tradição é muito mais do que convenções, costumes ou rotinas pragmáticas das práticas sociais: torna-se o centro de estruturação de mundo. Elementos como boemia, malandragem, samba etc., pela vinculação a um pretense “espírito típico do carioca”, passaram não somente a fazer parte da maneira como as pessoas identificam a Lapa, mas tornaram-se ícones da tradição que o bairro, historicamente, melhor ofereceria. E como tradição envolve repetições e continuidades, associar a Lapa à boemia tradicional, reforça a tradução da vida social nesses mesmos termos – ainda que a vida cotidiana imponha elementos de maior e mais variada complexidade.

A ideia de uma vida boêmia existente na Lapa e a possibilidade de experimentá-la sem reservas será o elemento valorizado como típico do bairro e sua privação ou constrangimento mais sistemático à partir da ditadura do Estado Novo, associando-a às práticas de uma suposta decadência moral, será interpretado como a causa da derrocada física daquele ambiente. O espaço para as manifestações dos prazeres de diferentes sentidos, nas décadas de 20/30, conferiam, pelas representações de inúmeros artistas, vitalidade à Lapa. A partir de 1940, pela contenção e vigilância mais sistemática desses elementos, segundo os mesmos “intérpretes da vida na Lapa”, o bairro entraria em decadência. Imagem que o jornalista Antônio Maria, na crônica “A última Lapa”, de 1952, sentenciava:

[...] Foram os dois últimos anos da Lapa que marcaram época. Vieram logo depois o fechamento dos prostíbulos e a decretação da ilegalidade do jogo. Os malandros iriam ficar por ali, esperando o quê? Dispersaram-se, empobreceram, arribaram nos subúrbios, em casas de parentes humildes que os esperavam, cheios de fé, com uma cama por ferrar e um prato a mais a pôr na mesa. (Apud LUSTOSA, 2001, p. 94)

As diferentes representações culturais que associam o apogeu da Lapa ao período de maior condescendência das práticas ligadas à vida boêmia serão evocadas quando das traduções mais contemporâneas do que o bairro teria de importante para produção de um

ciclo sustentado de crescimento. A própria especificidade simbólica do bairro, o que o constituiria separado do restante do centro, se assentaria na tradução, por excelência, da vida boêmia que no Rio de Janeiro se poderia experimentar como original de sua constituição identitária. O status de bairro, proveniente do ideário do que a tradição boêmia prestigia, faz da Lapa do século XXI síntese simbólica da cidade, ritualizada e romantizada nas inúmeras formas e expressões desse imaginário, das leituras feitas por alguns artistas do que era convencionalmente prestigioso na primeira metade do século XX, quase um espelho. Não é de se estranhar que na primeira edição do Guia Cultural Rio de Janeiro, em março de 2004, a apresentação do Rio fosse descrita pela a síntese do bairro – ou de um ideário tradicional do que traduziria o bairro:

“A Lapa é um lugar de paixões, uns pensam que o gostoso é o seu lado libertino, sujo e desorganizado (...) Como um parque de diversões para adultos tendo como tema, a boemia romântica e a malandragem.” (GUIA CULTURAL, 2004, p.04)

Em 28 de agosto de 2009, o jornal o Globo noticiou a matéria “Na Lapa, mas sem a cara da Lapa”. Sob a chamada “Pé-limpo”, a reportagem narrava a experiência do repórter Jefferson Lessa em suas descobertas gastronômicas pela Lapa. Motivado em descobrir o que tinha o bairro para o qual seu amigo havia se mudado recentemente, a idéia de estranhamento dominou o conteúdo da matéria e deu o tom da chamada. Um bar com variadas cervejas, limpo, com shows de canto lírico, “gente bonita na pista” e servindo quiches com salada chamou atenção do repórter que justificou o artigo por essa sensação nova de estar em um local na Lapa, mas sem, se deparar com aos atributos que o bairro teria de típico. A foto que acompanhava a chamada “Lapa, mas sem cara da Lapa” trazia, no interior de um bar limpo, mesas arrumadas de madeira ao lado de uma parede com inúmeras obras de arte, dispostas de maneira simétricas.

Na estréia da telenovela “Caminho das Índias”, exibida pela Rede Globo, às 21 horas, entre 19 de janeiro de 2009 e 11 de setembro do mesmo ano, a Lapa, cenário de um dos núcleos da trama, foi apresentada pela agitação da vida noturna e, no decorrer do capítulo, seus personagens se encontravam, majoritariamente, em um bar de aspecto descontraído, onde trocavam experiências e vigiavam-se. Ambientada na Índia e no Rio de Janeiro, sob esta última, a autora Glória Perez escolheu a Lapa como chamariz da cidade. Seus personagens, tipificados por um “estilo carioca de ser”, moravam na Lapa e suas personalidades se confundiam mesmo com as tradicionais leituras do bairro-síntese da cidade imaginada pela autora: gostavam de samba, faziam pequenas trapaças nas suas vidas cotidianas e preferiam a informalidade aos refinamentos hierárquicos dos vizinhos indianos que haviam migrado para o bairro. Jara Casco (2007) afirma que das diferentes percepções, ritual e simbólica, que existem sobre a Lapa, as que ganham representatividade na memória coletiva procuram evocar uma determinada continuidade em relação ao passado. Tradições passam, assim, a convencionalmente explicar rotinas.

A institucionalização de determinadas práticas e valores que traduziriam a Lapa em sentido seria possível graças a uma série de circunstâncias remetidas à história – utilizando-a mesmo como fonte legitimadora de crenças e representações sociais do presente. A conjugação de eventos, referências e imagens em um ideário de tradição evoca, necessariamente, significados comuns como fonte explicativa; criam, dessa maneira, coesão

e sentido de pertencimento. Ao vincular às experiências subjetivas elementos simbólicos comuns, cujo compartilhamento vai muito além das fronteiras temporais em que são difusamente identificadas, a tradição – ou a invenção de seus elementos - permite que determinadas práticas, valores e normas sejam abertamente aceitos. O vendedor de água, o comerciante e outras categorias profissionais socialmente articuladas com a ética e a moral do trabalho, escolhiam para representar a Lapa, segundo estudo feito por Rego (2010), elementos simbólicos cujas raízes encontravam-se em relatos afetivos das décadas de 20 e 30. Opostas ao trabalho árduo com que dia após dia ganhavam sustento, categorias como “lugar da boemia”, “da diversão”, da “malandragem” eram mencionados para explicar a dinâmica do bairro e, inúmeras vezes, confundiam-se com a explicação sobre eles mesmos. Tais características encontravam reciprocidade nas diferentes ações e manifestações do cotidiano – materializando-se.

O artista plástico chileno Jorge Selarón, pintor e ceramista autodidata, na década de 90, ao chegar ao Rio e escolher a Lapa como moradia, começou a decorar o bairro com restos de azulejos. Para a Copa do Mundo de 94, em uma das escadas que liga Santa Tereza à Lapa, sem nenhum apoio governamental, revestiu todos os 215 degraus com imagens do que achava ser a vida na Lapa, para ele também, vitrine do Brasil. Em 2005 e 2006, estendeu seu trabalho ao início da Ladeira de Santa Tereza, bem ao pé dos Arcos da Lapa – cartão postal do bairro e da cidade. Na pequena escada retratou o imaginário de lugar: samba, malandragem e boemia.

Sánchez (2010) argumenta que incluído na dinâmica contemporânea de reinvenção das cidades, torna-se o apelo às características que marcariam o território com especificidades simbólicas o que possibilitaria, a partir de uma dinâmica de diferenciação qualitativa, a produção de consideráveis ganhos, sobretudo, econômicos. Via associação entre subjetividade e formas visíveis de poder reconhecê-la como de legítima haveria a tradução de práticas que, longe de apenas representar simbolicamente as ações, as moldariam segundo prerrogativas nem sempre integradoras e cujos aspectos, apesar de alguma maneira presentes na vida cotidiana, não a beneficiaria de forma a atender demandas muitas de que se constitui. Assim, as leituras do real passariam à apropriações do mesmo, ou seja, consolidando-se na medida dos interesses de seus intérpretes e dos possíveis ganhos com o que seria legítimo representar. Toda leitura simbólica contrária ou conflitante com a estabelecida como de legítima interpretação do real é ignorada e as políticas de reafirmações de identidades sobre o lugar ganham contornos e manifestam-se como valorização das pretensas especificidades culturais que o definiria e não do capital que ajudaria a reproduzir.

A Lapa como “lugar da boemia”, definindo ou demarcando territórios pela expressão cultural que ali pretensamente se desenvolveria, sobremaneira nas obras/iniciativas de intervenção urbanas nos anos de 2009-2014 se constituiu, entre empresários e comerciantes locais, como meio de assegurar o sucesso nos negócios. O apelo às traduções simbólicas do bairro passa a ser ferramenta de dinamização econômica eficaz e, sobretudo, encarada como socialmente responsável, justamente porque protegeria o patrimônio cultural e histórico da cidade do Rio de Janeiro, definidos como, na Lapa, existindo de maneira típica. Em parceria com diferentes órgãos municipais (Secretaria de Ordem Pública, Secretaria de Cultura, especialmente) uma associação de comerciantes da Lapa deu origem, em 2005, ao Pólo Novo Rio Antigo que, sob o lema “Onde o carioca se diverte”, mapeou a Lapa em diferentes áreas de interesse turístico.

O ciclo ou sopro revitalizador exaltando as “características culturais”, além das ações do Poder Público Municipal e do crescimento do comércio, contou ainda com forte presença do capital imobiliário. No dia 06 de dezembro de 2010 foi anunciado, por exemplo, a compra, por um grupo de investidores escoceses, do Hotel Estadual. Em nota à imprensa, o representante do grupo Sérgio Castro Imóveis, Cláudio Castro, responsável pela transação, assim definiu a compra:

“Eles buscam mais quatro ou cinco opções no local. A grande aposta no Brasil é em oferecer um produto com o foco em negócios pela proximidade de grandes empresas e atingir também jovens que gostariam de ficar próximos à boemia carioca em visita ao Rio”. (CASTRO, 2010, p.1)

O desafio de promoção da (re)vitalização passou, a cada obra, hotel, casa noturna, renovação de calçada, poste e rua, a privilegiar a composição de um cenário, um palco, um espetáculo de cidade. Das luzes nos Arcos à indumentária dos garis, cores e formas simuladas de passado. Um passado que remetia a uma leitura afetuosa, melancólica de Lapa, mas, quando confrontada com outras possíveis, não menos seletiva e ficcional. Os poemas, as músicas, os relatos da Lapa boêmia, substituíam funcionalmente os conflitos, as disputas simbólicas a respeito do que significava a Lapa, o direito de dizer sobre o seu passado. A proposta de reviver uma ideia de “antigo” ou “tradicional” era significada e valorizada para além, ignorando, as muitas tradições e variados costumes, moralidades e arranjos do cotidiano no/do bairro no transcorrer do tempo. As tensões entre moradores e as casas de shows, as brigas corriqueiras entre vizinhos em nome “da moral e dos bons costumes”, os artigos e casas de luxo, as igrejas, a face industrial da Lapa. Tudo isso, apesar de também constituir o passado do bairro, tornava-se secundário na constituição de tradições, na divulgação da identidade cultural do lugar. Uma leitura da história da Lapa superava as histórias. Toda diferença e referência a uma Lapa não boêmia, mas burguesa, católica, operária parecia tornar-se estranha, deslocada.

Não se trata, contudo, na relação justaposta entre vida cotidiana e imaginário prestigioso de lugar fazer exigência ou confrontar manifestações que poderiam ser categorizadas como mais autênticas ou mais bem apropriadas historicamente, mas cabe perguntar como, por quem e em que sentido torna-se uma determinada leitura simbólica das relações e interações sociais, entre muitas, evocada como típica, considerada mais autêntica que outras. O antigo ou tradicional tão reiteradamente explorado como marca, dessa maneira, torna-se referência não de passagem de tempo, mas de existência inquestionavelmente dada, pronta, lido como, de fato, contendo aqueles elementos. Um selo que conferia a seus portadores uma vantagem, um diferencial. Apesar da uniformização do uso desse sentido de tradição ou “do antigo” por estabelecimentos comerciais e pelo Poder Público, essas categorias são referenciadas em uma ideia vaga de passado, tão fluida e passível de acréscimos, recortes e imaginação fantasiosa quanto a licença poética de que, muitas vezes, eram originários. Porém eram evocadas, freqüentemente, quase que condicionando o presente, para ser verdadeiramente revitalizado, a essas reafirmações afetivas, biográficas e literárias de leituras sobre o real. À idéia de passado eram acrescentados elementos que pretensamente marcariam a identidade cultural carioca. Uma referência continuamente reafirmadora de que o elemento indispensável à constituição e experimentação de um bairro renovado, revitalizado estava no reviver de um passado lido

como culturalmente mais rico, melhor evidenciador da cultura da cidade. O verdadeiro “espírito carioca”, a alma da cidade estaria, assim, no equilíbrio entre a “especificidade” ou traço cultural típico, localizado sempre nesse passado idealizado, e a necessidade de se resgatá-lo. A vitalidade da Lapa constituía-se no investimento em uma leitura de passado, recortado, romanceado, tipificado, mas visto e tratado como necessário para trazer nova vida ao bairro. Como o “antigo” era referenciado com códigos simbólicos manipuláveis, o espaço para criação e recriação de identidades, práticas e representações ganhavam inúmeras possibilidades, a variar com a estratégia de venda ou legitimação dos empreendimentos.

Cada representação ou leitura atualizada do passado, mesmo articulado ou com seus conteúdos acessados de forma parcial, impulsionou as pretensões de futuro para a região. A imprecisão, o recorte justaposto de imagens, personagens e cenários de “Lapa do passado” facilitou e não dificultou o sucesso dos empreendimentos. De certo modo, a operacionalização de diferentes regimes de autenticidade garantia a possibilidade de reprodução rápida e indistinta do passado transformado em selo. Todos os lugares, desde que na Lapa, eram passíveis e rentáveis para se investir – uma antiga fábrica, fundição ou um simples sobrado. Todas as construções passavam a oferecer, como vantagem comparativa, a possibilidade de, mantendo os elementos figurativos do passado idealizado, oferecer aos clientes experimentar o que a vida contemporânea não conseguia, espontaneamente, se encarregar de oferecer: o típico, o original. A vida cotidiana, espremida entre necessidades conjunturalmente reais e ações revitalizadoras de um passado idealizado, seguia, tendo que necessariamente adaptar-se.

A força da revitalização da Lapa residiu no apoio popular aos elementos evocados como de necessário resgate; à legitimidade dada aos muitos esforços de traduzi-la a partir de uma realidade articulada por muitos como correspondendo ao que o Rio e a Lapa teriam de melhor, de mais autêntico. O que nos trouxe surpresa é que, apesar de reconhecida como prestigiosa uma leitura do passado ou a pretensa tradição que o traduziria, os moradores reconheciam os problemas trazidos pelo investimento naquela proposta. Apontavam os problemas reais disso: aumento do lixo, segurança e fiscalização seletiva, barulho, brigas, fechamento de escola etc.

A Lapa como lugar, por excelência, da boemia, do samba, da malandragem carioca era, no resgate proporcionado por diferentes agentes, um ideário de passado valorizado, intersubjetivamente prestigiado, o que não acarretava assumir todo o conteúdo que implicava esse recorte: assumia-se o samba, mas com o controle do volume e espaço apropriado para a batucada; a malandragem sem o conteúdo da reprovação ao ethos do trabalho e a boemia sem seus indesejáveis efeitos: barulho, exaltação. Acomodações só possíveis através do espetáculo ou estruturas espetacularizadas – casas de show, bares, opções de lazer e entretenimento em geral (boa parte delas financiado com capital internacional) que produziam simulacros do passado, ações contidas, normatizadas. A tensão entre a imagem valorizada de Lapa boêmia e a reprovação desse cenário surgia quando, justamente, a experimentação dessa leitura escapava do controle, da ordem ou quando os agentes que com ela lidavam eram pobres demais para acessá-la.

O processo de seleção e reprodução de memórias, narrativas e produção de espaços em que os elementos se manifestariam como autênticos constituiu o elemento de vanguarda, o investimento buscado avidamente para maximizar oportunidades de negócio. A maleabilidade da noção de tempo criou, em vários locais, uma espécie de vitrine, de

períodos, hábitos e desejos de retorno. Expressando simbolicamente (quando não assumindo esse jogo simbólico uma concretude) tudo o que a Lapa e o Rio possuiriam de melhor, objetos, realidades, recortes de vida e experiências eram transformados em material de consumo. Adaptado sob forma cenográfica, o potencial de sucesso passou a residir na habilidade de significar os elementos típicos, oferecendo-os como potencialidades de entretenimento. A fixação dos elementos que proporcionariam uma leitura do real exigia uma atualização constante nos símbolos presentes nesses estabelecimentos. A estética do passado ou o passado como estética assentava-se, contraditoriamente, na mudança constante. Eram novas peças, cenários feitos e refeitos como que a oferecer, a partir da renovação, a manutenção de que ali o passado se manifestaria como quadro interativo ao presente. Tudo isso acompanhado de uma constante intervenção e normatização sobre as pulsões e afetos dos frequentadores, tanto para garantir a “preservação” do passado como seguro – em símbolo e em realidade prática -, quanto para propiciar uma experiência de entretenimento que afastasse os indesejáveis, os que desse passado não fariam, ideal-tipicamente, parte.

A composição do cenário de “Lapa típica” se estendeu ao espaço público. Ao contrário de se resumir ao oferecimento do espetáculo exótico da autenticidade pelos estabelecimentos privados a quem estivesse disposto e em condições de comprá-lo, o cotidiano do bairro se viu confrontado com uma lógica de investimentos públicos que endossavam padrões tipificados de ser e viver. A lógica do controle, da norma, da ordem sobre corpos e atividades vistas como não parte desse espetáculo de Lapa, ganhou atenção redobrada dos órgãos públicos. Um conjunto orquestrado de medidas e ações que tentavam estabelecer um padrão de práticas, de vida desejável na Lapa. Perseguição a camelôs, fixação de grades nas praças e nos bancos das praças, expulsão de moradores de prédios públicos ocupados são alguns exemplos do que está sendo feito nesse processo de adaptação. Mesmo as estruturas materiais não escaparam desse processo ou tentativa de normatização do sentido de ser e significar a partir de categorizações prévias do que seria interessante retratar como passado: em novembro de 2010, técnicos do IPHAN, no processo de restauração dos Arcos da Lapa, descobriram vestígios de algumas ruas do século XIX e, por determinação da prefeitura, as escavações não tiveram prosseguimento, já que o restauro do monumento, mesmo tendo o resgate da memória como elemento norteador, não incluía nada além do que a reforma e a iluminação dos arcos.

O discurso da valorização da tradição veio acompanhado de práticas que se estendiam da compra e restauração dos casarões e fachadas para abertura de novos bares até a preservação e promoção dos bens culturais imateriais identificados como compondo uma história da Lapa, como as rodas de samba e gafieira. A vitalidade da Lapa começava, nesse sentido, pela noção de preservação de atividade ligadas ao que a Lapa teria de original ou típico, apesar da dinâmica social operar com necessidades mais amplas. Houve o investimento, nas propagandas, na visibilidade ostensiva de agentes e notificações da ordem, em um discurso muito bem articulado sobre os elementos constitutivos da tradição e o que seria necessário para estabelecê-la ou preservá-la. Um processo de construção e manipulação simbólica da categoria tradição – seus usos e elementos de significação – transformadas em justificativas para ações interventoras. A ação pública reconhecia quando não se associava inteiramente à iniciativa privada para garantir na Lapa a emergência de um ambiente típico ou então para torná-la reflexo dos elementos de uma tradição estabelecida como existente. Processo que fez referência aos espaços e as pessoas; à civilidade das

formas e dos conteúdos. O processo de revitalização da Lapa passou a significar ou imprimir a marca da restauração como ordem virtuosa para um presente cujas dinâmicas exigiam muito mais do que a pretensa reconstituição ou simulação da vida. As próprias práticas e justificativas das intervenções dos órgãos públicos, apoiadas em um ideário de respeito e promoção à tradição do bairro, foram moldando cenários muito mais que realidade. No campo das possibilidades de recriações desses cenários, as referências variavam tanto de uma ordem civilizatória das práticas e comportamentos com, inclusive, a criação de um posto da guarda municipal e um efetivo permanente de homens da Secretaria de Ordem Pública, até a iluminação artística de monumentos. O drama do processo é que quanto mais as ações caminhavam para a restauração dos elementos escolhidos para representar a Lapa típica, mais a vida cotidiana explodia em demandas não atendidas.

Das ações da iniciativa privada até as diretrizes das políticas públicas, as construções, reapropriações e demolições de prédios e equipamentos aconteciam em um ritmo assustadoramente rápido e com parcerias nem sempre claras de quem se beneficiava com as obras ou quem as conduzia de fato. Para dar visibilidade e coerência à manifestação do mito do que viria a ser “tradição” na Lapa, o que a tornaria típica, era articulado um discurso de promoção da cultura. Em torno desse ideal de “cultura da Lapa”, as mais estapafúrdias ações de controle e vigilância ganhavam legitimidade, afinal, se promovia com elas o que a Lapa realmente teria de autêntico, de ser cultural e historicamente constituída. Para o cumprimento ou desenrolar dessa constituição de cenários, pouco a pouco os seguranças dos bares começaram a ser mais freqüentes nas calçadas, as ruas foram tomadas por clientes dos estabelecimentos que as usava para estender seus pontos de venda. A presença dos garis concentrava-se em pontos específicos e a fiscalização recaiu pesadamente sobre as barracas dos vendedores de comida e bebida. Letreiros patrocinados surgiam no horizonte quase sem fim de novos bares, casas noturnas, hotéis. Pessoas desalojadas. Novos, caros e imponentes empreendimentos residenciais. Sons, luzes, cores preenchiam espaços antes considerados como degradados. As intervenções iam, assim, assumindo um caráter cada vez mais performático. Como necessário à boa execução de uma performance, os esforços do Poder Público concentraram-se no oferecimento da disciplina, ordem e vigilância, em detrimento de prioridades mais emergenciais. Eram aplicados de forma seletiva, direcionada e organizada segundo interesses outros que iam muito além do bem estar ou do Bem Público, muitas vezes contrariando as próprias leis.

A noção de existência de hábitos e padrões culturalmente tradicionais criava institucionalidades, associações, grupos que os geriam ou que se auto-proclamavam legítimos representantes e protetores. Os símbolos presentes no imaginário coletivo que traduziam a Lapa simbolicamente como boêmia, impulsionavam atuações cada vez mais performáticas e de diferentes tipos, forjando, claro, cada uma delas, os signos e os significados nos discursos sobre essa “tradição” da Lapa. Era negado seu caráter coercitivo, externo, excludente, fundamentalmente com interesse na reprodução e atração de investimentos e reprodução do capital. No traçado dos planos de intervenção, emergiu um novo processo civilizador, revisitado pela ideia de cumprimento e respeito à “vocalização genuína” da vida no bairro. Uma nova tipificação e normatização das práticas, mas também de pessoas com imperativos igualmente perversos: controle, disciplinamento, regulamentação extrema da vida e sociabilidade. O que mudava, tornando esse processo de intervenção urbana ainda mais opressora (de difícil, inclusive, denúncia contra a opressão), era a transformação do conteúdo das normas, regras e ordem em elementos para ou a

serviço da revitalização do bairro. O brilho cada vez mais sofisticado das casas noturnas, as rodas de sambas caras, mas cheias, o exponencial crescimento da venda do comércio do entretenimento, as ruas cheias e iluminadas, tudo isso pretendia conferir chancela de vitalidade a um cenário tomado como regenerado porque permitiria, ao ser desprovido de conflito aparente, desfrutado.

A insônia dos moradores por conta do barulho algumas vezes, em alguns dos andares dos prédios, ensurdecidor, a exclusão dos diferentes não vistos como componentes necessários à composição da paisagem exótica da Lapa boêmia, a objetificação do que se consente e de quem se consente como aceitável, os limites, fronteiras e barreiras que passaram a demarcar o bairro, foram forçosamente negligenciados pela mesma ordem que teria trazido a vitalidade, significando, sobretudo, uma mudança da convivência ampla e diversificada para a “convivência aceitável”, da espetacularização da pobreza, da desordem como mercadoria, do outro como platéia ou freguês.

Apesar dos esforços –e muitos – do disciplinamento, da exclusão, a vida na Lapa se refaz, busca novos marcos; rompe a sociabilidade as amarras da tipificação das regras impostas e desejáveis de comportamento, costumes e perfis. Isso a pesquisa tentou mostrar. Na parede do prédio em que a prefeitura efetuou a desocupação do imóvel e fixou a faixa “aqui tem ordem”, a artista Gabriela Valente Feliz, coordenadora do projeto “Conheça seu vizinho, Liberte seu Sonho” pintou, nos muros de concreto que fecharam as entradas, uma faixa de tinta preta na qual qualquer um poderia deixar escrito o que queria dizer à cidade. Ao lado da obra, o anúncio:

“Aqui você está num espaço fora do tempo. Pare tudo e reflita sobre seus sonhos. Qual você gostaria de libertar hoje? Pegue um giz e...”

No topo das paredes pretas, a inscrição “Meu sonho é:” Nas respostas, o infinito que compõe a cidade e seus desejos – “rever a minha avó”, “to learn portuguese”, “amar”, “esta (r?) aqui”.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Heitor. Entrevista com moradores e freqüentadores da Lapa sobre reforma na iluminação pública. Rio de Janeiro, 17 nov. 2010. Entrevista concedida a Rodrigo de Moraes Rosa.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulações. Lisboa (Portugal): Relógio D’Água, 1991.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Cláudio. Entrevista Investidores escoceses compram hotel na Lapa. Retirado de http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/hotelaria/investidores-escoceses-compram-hotel-na-lapa-rj_63724.html, acesso em 07 de dezembro de 2010.

DaMATA, Gaspariano. Antologia da Lapa. 3a Edição. Rio de Janeiro: Desiderata, 2007.

DEBORD, Guy. A Sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Ed Loyola, 2010 GONÇALVES, José Reginaldo. Os limites do patrimônio. In: Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologia nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: Peter Fry; Neide Esterici; Miriam Goldenberg. (Org.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Fundação Capes, 2001, v. 1, p. 15-33.

_____. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: Lucia Lippi de Oliveira. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV - Editora, 2002, v. , p. 108-123.

_____. *Culturas Populares: patrimônio e autenticidade*. In: Botelho, André; Schwarcz, Lilia Moritz. (Org.). *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, v. , p. 134-141. GUSMÃO, Nelma. *O poder dos jogos e os jogos de poder*. Tese de Doutorado. IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 2012

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2007.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6a edição. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBSBAWM, E. *Introdução: A Invenção das Tradições*. In HOBSBAWM, E. &

RANGER, T. (org) *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. JARA CASCO, Ana Carmem Amorim. *O Arco das Lapas: um estudo de antropologia urbana*. 2007. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. *A Lapa e os filhos da revolução boêmia*. *Revista Estudos Históricos*. n.o 30. Rio de Janeiro, 2002.

LE GOFF, J. *Memória e Identidade*. Campinas: UNICAMP, 2003. LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthopos, 1986. LUSTOSA, Isabel. *Lapa do desterro e do desvario*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2001.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A problemática do imaginário urbano*. *Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas (PUC)*, n.171, p. 323-333, 1998. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. *Ver. Inst. Est. Bras., SP*, 34:9-24, 1992.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, 1989.

_____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas: editora Pontes, 2012.

REGO, Ronaldo. *Memórias da Lapa*. Petrópolis: Sacra Oficina, 2010. RODRIGUES, M. *Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó: Argos Editora, 2010.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico- científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Do meio natural ao meio técnico-científico informacional* In: *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2004.

VALERA, S., & POL, E. El concepto de identidad social urbana: Una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. Anuario de Psicología, 62, 5-24, 1994.

VAZ, Lilian & SILVEIRA, Carmen. A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos, intervenções e dinâmicas do lugar. In: VARGAS, Heliana & CASTILHO, Ana. Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2a Edição, 2009.